

**Confraria Nossa
Senhora da
Nazaré**

**Demonstrações
Financeiras**

31 de dezembro de 2021

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	20
5. Ativos Fixos Tangíveis	20
6. Ativos Intangíveis	23
7. Locações	24
8. Custos de Empréstimos Obtidos	24
9. Inventários	25
10. Rédito	25
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	27
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	28
14. Imposto sobre o Rendimento	28
15. Gastos com o pessoal	28
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	29
17. Outras Informações	29
17.1. Investimentos Financeiros	29
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	30
17.3. Clientes e Utentes	30
17.4. Outras contas a receber	31
17.5. Diferimentos	32
17.6. Outros Ativos Financeiros	32
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	33
17.8. Fundos Patrimoniais	33

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	12
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	21
5. Ativos Fixos Tangíveis	21
6. Ativos Intangíveis	24
7. Locações	25
8. Custos de Empréstimos Obtidos	25
9. Inventários	26
10. Rédito	26
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	27
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	28
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	29
14. Imposto sobre o Rendimento	29
15. Gastos com o pessoal	29
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	30
17. Outras Informações	30
17.1. Investimentos Financeiros	30
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	31
17.3. Clientes e Utentes	31
17.4. Outras contas a receber	32
17.5. Diferimentos	33
17.6. Outros Ativos Financeiros	33
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	34
17.8. Fundos Patrimoniais	34

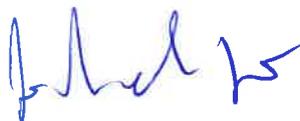
17.9. Fornecedores	34
17.10. Estado e Outros Entes Públicos	35
17.11. Outras Contas a Pagar.....	35
17.12. Outros Passivos Financeiros.....	35
17.13. Subsídios, doações e legados à exploração	36
17.14. Fornecimentos e serviços externos	36
17.15. Outros rendimentos e ganhos	37
17.16. Outros gastos e perdas	38
17.17. Resultados Financeiros	38
17.18. Acontecimentos após data de Balanço.....	39

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'D3', 'Rug', and 'B']

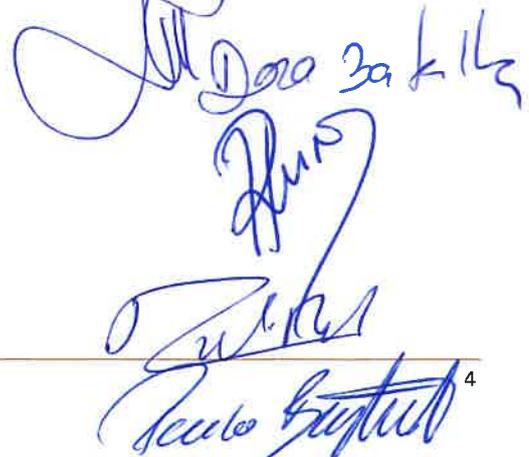
Balanco

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4.312.920,89	4.310.657,44
Bens do património histórico e cultural	5	673.127,29	673.127,29
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos financeiros	17.1	23.484,11	18.247,46
Subtotal		5.009.532,29	5.002.032,19
Ativo corrente			
Inventários	9	90.408,32	54.652,18
Créditos a receber	17.3	243.175,52	348.337,44
Adiantamentos a fornecedores		1.724,11	2.636,90
Estado e outros Entes Públicos	17.10	21.617,02	10.340,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	16.365,30	13.265,60
Outros créditos a receber	17.4	703.087,72	312.063,50
Diferimentos	17.5	70.523,16	54.814,30
Caixa e depósitos bancários	17.7	168.255,04	361.093,35
Subtotal		1.315.156,19	1.157.203,77
Total do Ativo		6.324.688,48	6.159.235,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	129.744,81	129.744,81
Reservas	17.8	63.705,09	63.705,09
Resultados transitados	17.8	1.593.612,11	1.657.418,31
Excedentes de revalorização	17.8	440.449,89	443.949,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	911.553,93	1.001.373,21
Resultado Líquido do período		341.850,61	(67.306,20)
Total do fundo do capital		3.480.916,44	3.228.885,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	1.017.669,10	1.008.057,91
Outras dívidas a pagar		-	-
Subtotal		1.017.669,10	1.008.057,91
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	346.113,52	292.548,70
Adiantamentos de clientes		2.691,33	22.005,85
Estado e outros Entes Públicos	17.10	131.326,12	110.614,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	8	404.940,59	629.921,99
Diferimentos	17.5	290.322,84	144.820,43
Outras dívidas a pagar	17.11	650.708,54	722.381,34
Outros passivos financeiros		-	-
Subtotal		1.826.102,94	1.922.292,94
Total do passivo		2.843.772,04	2.930.350,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.324.688,48	6.159.235,96

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



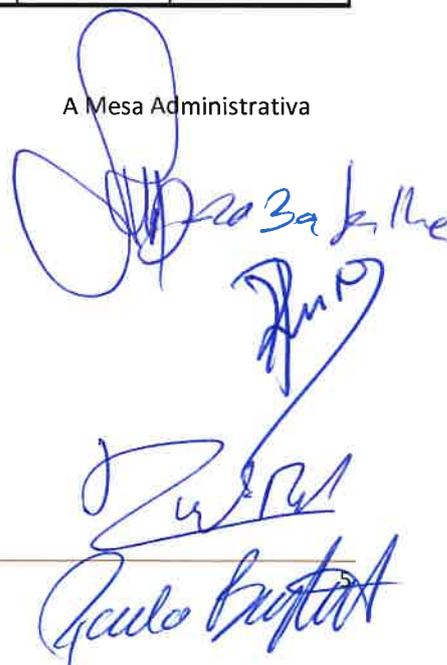
Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	10	2.144.052,10	1.996.155,37
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.979.211,18	1.571.786,04
Trabalhos para a própria entidade	5	93.455,00	150.118,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(548.394,11)	(596.742,85)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(980.671,80)	(1.068.491,53)
Gastos com o pessoal	15	(2.520.719,43)	(2.322.602,44)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	(24.897,56)	(9.414,29)
Outros rendimentos	17.15	516.423,34	546.529,91
Outros gastos	17.16	(32.380,94)	(89.130,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		626.077,78	178.207,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(250.091,62)	(230.912,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		375.986,16	(52.704,17)
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	-	-
Juros e gastos similares suportados	17.17	(34.135,55)	(14.602,03)
Resultados antes de impostos		341.850,61	(67.306,20)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		341.850,61	(67.306,20)

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		2.144.052,10	1.996.155,37
Custo das vendas e dos serviços prestados		(548.394,11)	(596.742,85)
Resultado bruto		1.595.657,99	1.399.412,52
Outros rendimentos		2.564.191,96	2.259.019,66
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(3.783.863,79)	(3.711.136,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		375.986,16	(52.704,17)
Gastos de financiamento (líquidos)		(34.135,55)	(14.602,03)
Resultados antes de impostos		341.850,61	(67.306,20)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		341.850,61	(67.306,20)

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6										
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		129.744,81	63.705,09	1.605.302,66	447.449,89	928.784,02	48.615,65	3.223.602,12	3.223.602,12	3.223.602,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contábilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				3.500,00	(3.500,00)					
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				48.615,65		72.589,19	(48.615,65)			72.589,19
				52.115,65	(3.500,00)	72.589,19	(48.615,65)			72.589,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							(67.306,20)			(67.306,20)
RESULTADO EXTENSIVO							(115.921,85)			5.282,99
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020		129.744,81	63.705,09	1.657.418,31	443.949,89	1.001.373,21	(67.306,20)	3.228.885,11	3.228.885,11	3.228.885,11

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	129.744,81	63.705,09	1.657.418,31	443.949,89	1.001.373,21	(67.306,20)	3.228.885,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contábilístico								
Alterações de políticas contábilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				3.500,00	(3.500,00)			
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				(67.306,20)	(89.819,28)		67.306,20	(89.819,28)
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				(63.806,20)	(89.819,28)		67.306,20	(89.819,28)
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						341.850,61	341.850,61
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						409.156,81	252.031,33
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	10 6+7+8+10	129.744,81	63.705,09	1.593.612,11	440.449,89	911.553,93	341.850,61	3.480.916,44

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.193.796,67	1.972.166,28
Pagamento a fornecedores		(1.467.994,45)	(1.552.152,02)
Pagamentos ao pessoal		(2.493.190,66)	(2.328.090,75)
Caixa gerada pelas operações		(1.767.388,44)	(1.908.076,49)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Subsídios à exploração		1.979.211,18	1.571.786,04
Rendas		251.761,37	242.892,18
Outros recebimentos/pagamentos		(744.976,84)	288.525,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(281.392,73)	195.127,54
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(152.355,07)	(402.434,99)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		(5.236,65)	(4.011,26)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	5.150,00
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		100.000,00	105.800,00
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(57.591,72)	(295.496,25)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.379.243,59	2.042.388,20
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.198.961,90)	(1.862.106,51)
Juros e gastos similares		(34.135,55)	(14.602,03)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		146.146,14	165.679,66
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(192.838,31)	65.310,95
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		361.093,35	295.782,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		168.255,04	361.093,35

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa




Anexo

1. Identificação da Entidade

A Confraria Nossa Senhora da Nazaré é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, registada no livro 3 das Associações de Solidariedade Social, a fls 6 e verso, sob o nº. 44/85, conforme declaração do Instituto de Segurança Social, com sede em Largo de N^a. Sr^a. da Nazaré, Sitio da Nazaré, Contribuinte Fiscal nº. 500745960.

Tem como atividade principal a Assistência Social e promoção da Saúde. Para que possa prosseguir os seguintes objetivos, propõe-se manter as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Jardim de Infância;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Centro de Acolhimento Temporário para crianças e jovens;
- Centro Comunitário
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Lar de Terceira Idade;
- Centro de Dia;

A entidade mantém ainda um Hospital, onde funcionam as valências:

- Centro Hospitalar;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados;
- Bloco Operatório;
- Unidade de Internamento Particular.

Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, obtida a licença do Ordinário Diocesano, a Confraria poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo ou recreativo.

A Confraria pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ela criadas, mesmo que em

parceria, desde que os resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Como atividades secundárias a Confraria pode desenvolver, nomeadamente, as seguintes atividades:

- Exploração ou arrendamento da Praça de Toiros,
- Exploração ou arredamento do Pinhal;
- Exploração ou arrendamento do Teatro Chaby Pinheiro;
- Exploração ou arrendamento dos seus imóveis;
- Exploração da Loja Oficial do Santuário;
- Exploração do Bar;
- Outras atividades que concorram para obter financiamento para a concretização dos fins da Confraria.

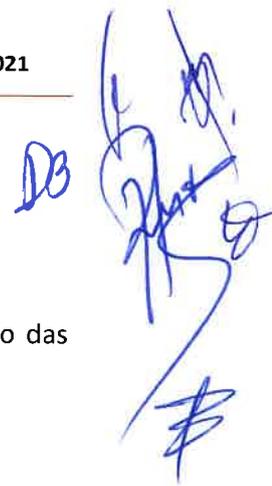
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 publicado no DR 2ª. Serie nº. 146 de 29 de Julho de 2015;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Neste tipo de Entidade, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade da Entidade doadora.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Edificações ligeiras	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 - 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "**Bens do património histórico e cultural**" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção. As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos Intangíveis	3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:



- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores-beneméritos-patrocionadores-doadores-associados-membros

As quotas, donativos e outros apoios procedentes de beneméritos/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outros Créditos a Receber

Os “*Cientes*” e os “*Outros Créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

À data do balanço a Entidade não registou nenhuma provisão.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem

Handwritten notes in blue ink, including a large signature, a circled '2023', and a dollar sign.

contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo. À data do balanço a Entidade não tinha nem ativos nem passivos contingentes para divulgar.



3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar;*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão

O resultado líquido apurado no ano de 2021 resulta das atividades isentas e contempladas nos Estatutos da Entidade.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Bens imóveis	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "D.B.", "P. M.", and a large stylized signature.

No período de 2021, não ocorreram movimentos nos “Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural”:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Bens imóveis	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	42.993,54
Edifícios e outras construções	6.569.722,84	350.118,00	(105.800,00)	-	-	6.814.040,84
Equipamento básico	1.721.738,29	105.797,97	-	-	-	1.827.536,26
Equipamento de transporte	392.020,92	50.150,00	(33.500,00)	-	-	408.670,92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	206.271,42	4.044,13	-	-	-	210.315,55
Outros Ativos fixos tangíveis	103.235,99	-	-	-	-	103.235,99
Activos tangíveis em curso	11.678,41	3.300,50	-	-	-	14.978,91
Total	9.047.661,41	513.410,60	(139.300,00)	-	-	9.421.772,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.650.024,21	168.709,86	-	-	-	2.818.734,07
Equipamento básico	1.587.371,03	50.710,24	-	-	-	1.638.081,27
Equipamento de transporte	370.481,70	15.502,02	-	(31.600,00)	-	354.383,72
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	200.916,92	380,92	-	-	-	201.297,84
Outros Ativos fixos tangíveis	95.479,96	3.137,71	-	-	-	98.617,67
Total	4.904.273,82	238.440,75	-	(31.600,00)	-	5.111.114,57
Ativos fixos tangíveis	4.143.387,59	274.969,85	(139.300,00)	31.600,00	-	4.310.657,44

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	42.993,54
Edifícios e outras construções	6.814.040,84	73.124,98	(94.200,00)	30.007,96	-	6.822.973,78
Equipamento básico	1.827.536,26	61.648,62	-	-	-	1.889.184,88
Equipamento de transporte	408.670,92	-	-	-	-	408.670,92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	210.315,55	2.206,10	-	-	-	212.521,65
Outros Ativos fixos tangíveis	103.235,99	3.223,17	-	-	-	106.459,16
Activos tangíveis em curso	14.978,91	206.352,20	-	(30.007,96)	-	191.323,15
Total	9.421.772,01	346.555,07	(94.200,00)	-	-	9.674.127,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.818.734,07	175.611,01	-	-	-	2.994.345,08
Equipamento básico	1.638.081,27	56.585,33	-	-	-	1.694.666,60
Equipamento de transporte	354.383,72	13.257,86	-	-	-	367.641,58
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	201.297,84	2.331,53	-	-	-	203.629,37
Outros Ativos fixos tangíveis	98.617,67	2.305,89	-	-	-	100.923,56
Total	5.111.114,57	250.091,62	-	-	-	5.361.206,19
Ativos fixos tangíveis	4.310.657,44	96.463,45	(94.200,00)	-	-	4.312.920,89

Handwritten notes:
 P.A.
 D.B.
 Rube
 @
 \$

Os investimentos mais relevantes que foram efetuados durante o ano de 2021 foram:

Edifícios e outras construções:

- Obras de conservação e reparação no Prédio sito na Rua Eng^o. Duarte Pacheco, em alcobaça;
- Obras de adaptação para o Centro de Acolhimento Coletivo;
- Obras de manutenção e remodelação da ERPI, nomeadamente nos quartos e casas de banho dos utentes;
- Obras de remodelação do sótão do Edifício do Palácio;
- Conclusão das obras de remodelação da nova ala de internamento do Hospital;
- Instalação da rede de distribuição de gás natural;
- Instalação de sistema de Ar Condicionado no Bloco Operatório;

Equipamento básico:

- Camas Hospitalares;
- Sistema de refrigeração na Cozinha;
- Equipamento Hospitalar – sonda Cardíaca;

As revalorizações ocorrerem no âmbito da renegociação dos financiamentos, para inclusão de garantias hipotecárias. As revalorizações foram efetuadas em 2011 por peritos independentes nomeados pelas entidades bancárias.

Em 2020 foi libertada a hipoteca referente à garantia do financiamento no Banco BIC, relativa ao Prédio Urbano, composto de edifício de cave, rés-do-chão, 1º e 2º andares e áreas técnicas, destinado a creche e jardim-de-infância, e logradouro, situado em Sítio, Estrada do Farol, freguesia e concelho da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial de Nazaré, sob o nº 1500 e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 9381 (*Jardim de Infância*) e Prédio Urbano, composto de casa de rés-do-chão e 1º andar, destinado a hospital, situado em Sítio da Nazaré, Largo do Salazar, freguesia e concelho da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial da Nazaré, sob o nº 1573, e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 1433 (*Hospital*).

Referencia ainda para o investimento em edifícios e outras construções mencionado acima, que foram efetuados com recursos ao pessoal da instituição, tendo sido contabilizados com trabalhos para a própria Entidade.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “*Ativos Intangíveis*” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	23.024,01	-	-	-	-	23.024,01
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70.898,72	-	-	-	-	70.898,72
Total	93.922,73	-	-	-	-	93.922,73
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	23.024,01	-	-	-	-	23.024,01
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70.898,72	-	-	-	-	70.898,72
Total	93.922,73	-	-	-	-	93.922,73
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Locações

A Entidade não detinha à data do balanço ativos adquiridos com recurso à locação financeira, de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	2021			2020		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	40.358,00	(40.358,00)	-	40.358,00	(40.358,00)	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	40.358,00	(40.358,00)	-	40.358,00	(40.358,00)	-

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2021, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se da seguinte forma:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	93.974,48	1.017.669,10	1.111.643,58	30.443,63	1.008.057,91	1.038.501,54
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	255.000,00	-	255.000,00	490.000,00	-	490.000,00
Contas Bancárias de Factoring	55.966,11	-	55.966,11	109.478,36	-	109.478,36
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	404.940,59	1.017.669,10	1.422.609,69	629.921,99	1.008.057,91	1.637.979,90

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	41.461,67	6.806,26	60.489,94	34.681,13	7.558,22	(28.319,41)	27.338,43
Matérias-primas, sub. e de consumo	40.855,85	562.271,25	(60.489,94)	19.971,05	576.592,03	28.319,41	63.069,89
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	82.317,52	569.077,51	-	54.652,18	584.150,25	-	90.408,32

Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	596.742,85	548.394,11
Variações nos inventários da produção	-	-

10. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	20.834,10	20.622,32
Prestação de Serviços	2.123.218,00	1.975.533,05
Quotas dos utilizadores	2.116.459,58	1.968.248,05
Quotas e Jóias	6.226,00	7.275,00
Serviços secundários	-	-
Descontos e abatimentos	532,42	10,00
Total	2.144.052,10	1.996.155,37

A conta de vendas regista um valor praticamente igual ao de 2020. Esta conta engloba fundamentalmente as vendas da loja do Santuário. De salientar que a exemplo do ano anterior, a loja teve um período de encerramento, coincidente com os picos da pandemia, não justificando a sua abertura.

Relativamente à rubrica de prestação de constatamos, como factos mais relevantes, o seguinte:

- Aumento das prestações relativas à infância e juventude num valor global de 5,5%. Para este desempenho contribuíram as valências do berçário com um aumento de mensalidades de (+ 210%), creche (+6,11 %). Já o a valência de Pré-Escolar registou uma diminuição de 8,26 % e o Centro Comunitário um decréscimo de 96 %, em virtude de não ter funcionado o ATL de Verão.
- Na área da Terceira Idade, regista-se um aumento global de 8,42%. Na ERPI registamos um aumento de 11,4%, no Apoio Domiciliário uma diminuição de 2,30 % devido ao decréscimo de utentes nesta valência. Já o Apoio domiciliário integrado registou um aumento de 2,73%.
- Na unidade de cuidados continuados verificou-se uma diminuição de 1,61% face ao ano de 2020, devido ao valor médio das diárias ter também diminuído.
- Na unidade de internamento particular verificamos uma estabilização relativamente ao ano anterior.
- Na área hospitalar também registamos um aumento em todas as rubricas com destaque para o acréscimo dos meios complementares de diagnóstico e cirurgias que tiveram um aumento acentuado face a 2021, uma vez que no ano de 2020 houve menor atividade nestas valências em virtude da pandemia.

Relativamente à prestação de serviços verifica-se uma diminuição global de cerca de 8%, relacionada sobretudo com a diminuição da atividade no Centro Hospitalar e do encerramento da e creche e pré-escolar.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2020 e 2021, não ocorreram registos na rubrica de provisões.

Passivos contingentes

À data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem passivos contingentes que possam originar exfluxo financeiro para a Entidade.

Ativos contingentes

À data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem ativos contingentes que possam originar influxo financeiro para a Entidade.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	1.793.708,48	1.501.444,76
ISS, IP - Acordos Cooperação	1.327.630,66	1.326.077,76
ISS,IP - CLDS+	80.020,16	58.801,24
Iss, IP - Casa Acolhimento Especializado	386.057,66	116.565,76
Apoios do Governo	135.824,55	35.281,39
IEFP - Programas de Emprego	135.824,55	35.281,39
Total	1.929.533,03	1.536.726,15
Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	49.678,15	35.059,89
Total	49.678,15	35.059,89
Total	1.979.211,18	1.571.786,04

Os subsídios registaram um aumento em termos globais de cerca de 26%.

Os subsídios relativos aos acordos de cooperação tiveram uma atualização aproximada de 0,12%. O facto de ter havido atualizações nos valores dos acordos das respetivas Valências e de estas terem registado uma frequência igual ou inferior ao número de utentes dos respetivos acordos justifica este aumento.

Os subsídios de outras Entidades Publicas registaram um aumento acentuado devido a:

- Aumento substancial dos protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (+284%), com a adesão ao MAREESS – Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde;

- Aumento do subsídio relativo ao Projeto CLDS 4G (+36%) em função do reconhecimento da execução de doze meses;
- Aumento do subsídio relativo ao Projeto POAPMC (+20%);
- Implementação da Casa da Acolhimento Especializado para jovens oriundos de zonas problemáticas, com uma execução de 12 meses em função do orçamento e protocolo aprovado.
- Atribuição em 2021 de um subsídio (10.242€) relativo à apoio Adaptar social + (Portaria 278/2020);
- Reconhecimento da execução do Projeto de Autonomia Supervisionada (3 meses) - (Projeto n. PT/2021/FAMI/700) – 8.868 €;
- Atribuição em 2021 de um subsídio (3.253 €) relativo ao Dec-Lei 10-A/2020 e Dec-Lei 14B/2021;
- Atribuição em 2021 de um subsídio (2.028 €) pelo IAPMEI como compensação do aumento do SMN;

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2020e 31/12/2021, não se registou qualquer efeito de alterações das taxas de câmbio, uma vez que não existem nem ativos nem passivos registados com moeda diferente do Euro.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto contabilizado em 2021.

15. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.065.805,77	1.891.674,08
Indemnizações	9.540,94	9.196,57
Encargos sobre as Remunerações	412.769,33	397.108,23
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	23.164,09	18.325,59
Gastos de Acção Social	145,83	-
Outros Gastos com o Pessoal	9.293,47	6.297,97
Total	2.520.719,43	2.322.602,44

O subsídio de alimentação é pago em espécie a todos os funcionários que dele queiram usufruir. No ano de 2021 a sua contabilização, após apuramento das refeições fornecidas, foi efetuado por contrapartida da conta de regularizações de Géneros alimentares com o conseqüente impacto na conta de Matérias Consumidas.

Pela análise da tabela, verifica-se que os gastos com pessoal registaram um aumento na ordem dos 8,5%.

Este aumento justifica-se basicamente:

- Atualizações de salários de acordo com a legislação, nomeadamente com a atualização do SMN;
- Execução do Projeto – CLDS 4G durante 12 meses em comparação com o ano anterior;
- Execução do Projeto da Casa de Acolhimento Especializado;
- Início do Projeto de Autonomia Supervisionada (Projeto n. PT/2021/FAMI/700);
- Início do Projeto Redes

O valor médio de funcionários ao longo do ano manteve-se praticamente inalterado situando-se nos 167 funcionários.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021, a Entidade detinha os seguintes Investimentos financeiros:

Descrição	2021	2020
Outros Investimentos Financeiros	18.484,11	13.247,46
Fundos Compensação Trabalho	18.484,11	13.247,46
Garval	5.000,00	5.000,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	23.484,11	18.247,46

1
 D3
 P
 S
 \$

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Confrades	85.381,21	82.281,51
Cartão Saúde	6.245,00	6.245,00
Perdas por imparidade acumuladas	(75.260,91)	(75.260,91)
Total	16.365,30	13.265,60
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

O saldo do ativo reflete o crédito de quotas dos Irmãos ativos da Instituição, cujo ficheiro no final de 2021 registava um total de 609.

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c	243.175,52	348.337,44
Clientes	191.576,53	286.778,91
Utentes	51.598,99	61.558,53
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes em Mora	180.799,06	155.901,50
Clientes	46.933,19	46.933,19
Utentes	133.865,87	108.968,31
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	180.799,06	155.901,50
Clientes	46.933,19	46.933,19
Utentes	133.865,87	108.968,31
Total	243.175,52	348.337,44

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '03' and a signature.

Descrição	2021	2020
Clientes	-	(5.767,42)
Utentes	(24.897,56)	(3.646,87)
Outros créditos a receber	-	-
Total	(24.897,56)	(9.414,29)

Descrição	2021	2020
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

17.4. Outros créditos a receber

A rubrica "Outros créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	-	871,64
Fornecedores - saldo devedor	9.540,33	2.880,90
Devedores por acréscimos de rendimentos	178.453,16	176.082,94
Cirurgias - Cigic	143.748,89	172.520,25
ISS, IP - Faturação UCCI	34.704,27	3.562,69
Outros Devedores	521.544,39	138.678,18
ISS, IP - UCCI	54.064,36	121.536,58
ISS, IP - LUMP-SUMS - Protocolo CAE	454.386,19	-
Adptar Social + - Portaria 178/2020	-	8.000,00
Mais Centro - Projetos Qren	6.156,65	2.691,44
Outros	6.937,19	6.450,16
Perdas por Imparidade	(6.450,16)	(6.450,16)
Total	703.087,72	312.063,50

Detalhando a conta de outros créditos a receber:

- Fornecedor com saldo credor (já regularizado em 2022); - 9.540 €;
- Cirurgias SIGIC – Valor das cirurgias realizadas e não faturadas, aguardando a validação dos respectivos vales de cirurgia – 143.748 €;
- Faturação da unidade cuidados continuados referente a dezembro de 2021 e só faturadas em 2022 – 34.704 €;
- Valor de faturação (duplicada) exigida pelo ISS, IP e contabilizada na conta de outros devedores e credores, tendo a respetivo crédito sido contabilização na mesma conta de outros devedores credores – 54.064 €.
- Valor a receber referente ao protocolo da Casa de Acolhimento Especializado – 454.386 €;

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	4.563,18	4.274,26
Outros gastos	7.893,18	2.745,36
ISS, IP - CLDS 4G	58.066,80	47.794,68
	-	-
Total	70.523,16	54.814,30
Rendimentos a reconhecer		
ISS, IP - LUMP-SUMS - Protocolo CAE	250.148,96	136.820,43
Projeto n. PT/2021/FAMI/700	40.173,88	-
Adptar Social + - Portaria 178/2020	-	8.000,00
Total	290.322,84	144.820,43

17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2021 qualquer saldo da rubrica de "Outros Ativos Financeiros".

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	3.007,09	1.923,60
Depósitos à ordem	165.247,95	359.169,75
Depósitos a prazo	-	-
Total	168.255,04	361.093,35

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	129.744,81	-	-	129.744,81
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	63.705,09	-	-	63.705,09
Resultados transitados	1.657.418,31		(63.806,20)	1.593.612,11
Excedentes de revalorização	443.949,89	-	(3.500,00)	440.449,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.001.373,21	25.991,83	(115.811,11)	911.553,93
Resultado Líquido do período	(67.306,20)	341.850,61	67.306,20	341.850,61
Total	3.228.885,11	367.842,44	(115.811,11)	3.480.916,44

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	346.113,52	292.548,70
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	346.113,52	292.548,70

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	21.617,02	10.340,50
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	21.617,02	10.340,50
Passivo		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16.046,05	955,71
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singualres (IRS)	23.750,17	22.351,65
Segurança Social	89.102,55	86.479,45
Outros Impostos e Taxas	2.427,35	827,82
Total	131.326,12	110.614,63

17.11. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	24.835,83	-	10.682,69
Remunerações a pagar	-	20.386,88	-	7.477,43
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	4.448,95	-	3.205,26
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	485.542,49	-	511.150,36
Outros credores	-	140.330,22	-	200.548,29
	-	-	-	-
Total	-	650.708,54	-	722.381,34

Detalhando a conta de outras dívidas a pagar, destacamos:

- Remunerações a pagar relativas a prestadores de serviços relativos a serviços efetuados em dezembro que só foram liquidados em janeiro (20.386 €);

- Processos de penhoras ao vencimento de funcionários relativos a dezembro que foram liquidados em janeiro de 2022 (4.448 €);
- Férias e subsídio de férias relativas a 2021 (350.414 €);
- Serviços prestados por Prestadores de Serviços de Saúde em 2021 e ainda não faturados;
- Outros acréscimos de gastos diversos (6.875 €);
- Créditos de clientes e utentes (42.556 €);
- Valor a descontar pelo ISS, IP nos acordos de cooperação relativos às frequências de utentes menores que os respetivos acordos (9.335€);
- Valor do crédito de faturação (duplicada) exigida pelo ISS, IP e contabilizada na conta de outros devedores e credores (54.064 €);

17.12. Outros Passivos Financeiros

A rubrica de “*Outros passivos financeiros*” em 31 de dezembro de 2020 e 2021 não apresentava qualquer saldo.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma pormenorizada na Nota 12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	225.289,57	156.895,35
Serviços especializados	419.890,02	583.040,52
Materiais	45.517,17	44.781,77
Energia e fluidos	219.988,66	209.385,39
Deslocações, estadas e transportes	1.457,65	997,84
Serviços diversos (*)	41.513,43	39.020,65
Rendas e alugueres	6.737,00	5.754,27
Comunicação	21.218,97	19.208,63
Seguros	13.557,46	14.057,75
Outros	27.015,30	34.370,01
Total	980.671,80	1.068.491,53

Pela análise da tabela constata-se que os FSE registaram uma diminuição global de 8 %.

Como factos mais relevantes a registar destacamos:

- Um aumento global na conta de subcontratos em 43%, diretamente relacionado da área hospitalar devido ao maior volume de atividade, comparativamente com o ano de 2020, registando um aumento de 49,1%;
- Uma diminuição na conta de serviços especializados em 27%, relacionada com:
 - Diminuição da conta de trabalhos especializados em 40,29%;
 - Diminuição da conta de honorários de trabalhadores independentes em 18,6 %;
 - Diminuição da conta de conservação e reparação 47,4%;
 - Aumento de 1,6 % em aquisição de materiais;
 - Aumento de 5,06 % na aquisição de energia e fluidos;
 - Aumento de 46% na conta de deslocações e estadas representando em termos de valores nominais nesta rubrica um valor residual;
 - Diminuição de 6,6% nos restantes serviços diversos que incluem esta conta de FSE;

17.15. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	99.752,24	65.447,83
Descontos de pronto pagamento obtidos	23,33	58,82
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	351.761,37	361.072,84
Outros rendimentos e ganhos	64.886,40	119.950,42
Total	516.423,34	546.529,91

A conta de outros rendimentos registou em termos globais uma diminuição de cerca de 5,5%.

Nesta rubrica destacamos:

- Aumento de 31% das visitas ao santuário;
- Aumento de 55,5 % de atribuição de donativos;
- Diminuição dos Rendimentos em investimentos não financeiros de 2,43%;
- Diminuição de 46% em outros rendimentos com destaque para as correções de anos anteriores.

17.16. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	8.916,56	7.601,82
Dívidas incobráveis	-	133,00
Perdas em inventários	-	322,34
Correcções relativas a períodos anteriores	20.927,06	50.337,21
Outros Gastos e Perdas	1.495,44	24.613,67
Gastos com apoio financeiro concedido	1.041,88	6.122,22
Total	32.380,94	89.130,26

A rubrica de Outros gastos registou uma diminuição de 63%. Esta diminuição justifica-se sobretudo, pela diminuição do valor de outras correcções de anos anteriores em 79%. As restantes contas desta rubrica mantiveram um desempenho similar ao ano anterior não representando em valor absoluto um aumento significativo.

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	34.105,82	14.602,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	29,73	-
Total	34.135,55	14.602,03
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(34.135,55)	(14.602,03)

A rubrica de juros e gastos similares registou um aumento significativo de 133%. Este aumento está diretamente relacionado com o fim dos prazos das moratórias dos financiamentos, cujos juros foram incorporados e cobrados no ano de 2021.

Os juros de Empréstimos de médio longo prazo registaram um aumento de 455 %, já os juros de utilizações de contas correntes registaram uma diminuição 49,4%.

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

O facto mais relevante ocorrido, está diretamente relacionado com o ponto anterior. A confraria de N^o. Sr^a. da Nazaré e o Instituto de Segurança Social celebrou um protocolo para a instalação de um Centro de Acolhimento Coletivo para acolhimento de refugiados da guerra da Ucrânia, tendo sido a primeira Instituição do Distrito de Leiria a celebrar semelhante protocolo. O projeto que contempla 26 camas já se encontra em plena execução.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 03 de maio de 2022.

Sítio da Nazaré, 03 de maio de 2022.

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

